

# CONCLUSÕES POLÍTICAS DUMA REUNIÃO DO COMITÉ CENTRAL

**T**endo em vista determinar a posição do Partido Comunista Português, sobre as duas candidaturas que se opõem à candidatura salazarista nas eleições para a Presidência da República do próximo dia 8 de Junho, o Comité Central do Partido analisou aspectos importantes da situação política nacional.

Da análise da actual correlação de forças no nosso país e tendo como base a defesa de uma política flexível de Unidade e de Acção, que congregue as mais largas camadas da população; o Comité Central concluiu que é possível, durante a campanha eleitoral, conquistar liberdades até hoje não alcançadas.

1—Um reduzido grupo de monopolistas nacionais e estrangeiros domina os sectores fundamentais da economia do País.

Em virtude disso o aproveitamento dos recursos nacionais e o desenvolvimento económico estão entredados. Ramos principais da indústria nacional, como indústria têxtil, da cortiça e das conservas, debatem-se numa crise crescente. O mesmo sucede com a lavoura e o comércio. A par da carência da vida, aumento do desemprego e a miséria das classes trabalhadoras, a ruína da pequena e média burguesia e os interesses da própria burguesia nacional são atingidos. Actualmente Portugal tem, em relação à Europa, a mais baixa captação do Rendimento Nacional. Por outro lado, o aumento que houve nos últimos anos no Rendimento Nacional foi distribuído de modo que os monopolistas arrecadaram a maior parte enquanto diminuiu a parte que as classes trabalhadoras recebiam.

Por exemplo, segundo os números das estatísticas o salário médio dos trabalhadores agrícolas diminuiu 3%, entre 1947 e 1956. Mas a SACOR teve de lucros líquidos confessados, em 1957, mais de 98 mil contos e os corpos gerentes de Companhia dos Diamantes de Angola receberam no ano de 1956, só de honorários, mais de 11 mil contos.

É o governo salazarista o representante e o defensor dos monopólios.

Para levar por diante a sua política contrária à vontade da Nação, o governo recorre a uma ampla demagogia de que são últimos exemplos as «homenagens» a Salazar, as constantes viagens dos seus ministros e a propaganda do 11 Plano de Fomento que não responde, de modo algum, à premente necessidade do desenvolvimento económico do nosso país.

O governo recorre igualmente à repressão usando para isso desde as pressões subitas e económicas até às torturas e às pesadas condenações sem qualquer base jurídica.

É igualmente característica da política salazarista o impedir o desenvolvimento cultural do nosso povo, utilizando para isso a Censura, um ensino retrógrado, e falta de liberdade de criação artística, etc.

A submissão aos monopólios estrangeiros, o enfeudamento económico, político e militar da Nação em relação aos imperialistas e, em particular, aos Estados Unidos, tornou o governo de Salazar um governo anti-nacional. 30% do orçamento nacional são gastos em despesas de guerra e de repressão. Portugal está ameaçado de se transformar num depósito de armas atómicas.

2—É a política salazarista a causa do mal-estar nacional.

Os interesses do proletariado, da pequena e da média burguesia, estão em oposição com o salazarismo.

Os interesses dum parte importante da burguesia nacional chocam-se também com a política do governo.

Os interesses do povo opõem-se à política monopolista do governo e ao enfeudamento ao imperialismo americano.

No próprio aparelho do Estado, no funcionalismo sujeito aos baixos vencimentos e entre as forças armadas crescem as críticas e protestos.

Tudo isto determina uma constante modi-

ficção na correlação de forças a favor das que se opõem ao salazarismo. Esta modificação na correlação de forças retira perspectivas aos salazaristas. As dissidências entre estes acentuam-se e aumentam os seus dificuldades.

Muitos daqueles que ainda há pouco não hostilizavam o governo, antes o apoiavam, desejam agora uma mudança de governo. As mais vastas camadas da população anseiam uma mudança de regime que assegure o progresso económico do país, uma política independente e de paz e o restabelecimento das liberdades democráticas.

3—Na base da actual correlação de forças, conforme concluiu o V Congresso do Partido, existe a possibilidade dum mudança de regime e de governo por meios pacíficos.

Será a mais larga acção das massas e a activa participação das classes trabalhadoras na luta por reivindicações económicas, sociais e políticas, que conduzirá ao alargamento da unidade das forças anti-salazaristas e tornará possível a solução pacífica do problema político português.

Entretanto o Partido não hostilizará, antes apoiará iniciativas de outras correntes de opinião que contribuam para uma mudança do regime e do governo e empregará todos os seus esforços para, por meio da acção das massas, consolidar tais mudanças num sentido democrático.

4—A campanha eleitoral que se está vivendo sobre largas possibilidades à acção das massas.

O Partido sempre defendeu a participação das massas nas lutas eleitorais e desde Maio de 1956, pensa que a Oposição deve participar nos actos eleitorais e ir até às urnas, lutando continuamente por condições de honestidade do voto.

A oposição democrática decidiu apresentar a candidatura do Sr. Eng.º Cunha Leal. Porque ela correspondia à actual correlação de forças, abriu o caminho para uma ampla unidade das forças anti-salazaristas. Em pouco tempo o movimento atingiu largas perspectivas e certas correntes anti-salazaristas de católicos, monárquicos, etc., dispuseram-se a apoiá-lo. Tudo isto provocou o alarme nas fileiras salazaristas.

Apesar das divergências existentes entre nós e o Sr. Eng.º Cunha Leal, o Partido apoiou a sua candidatura norteada pela orientação de se apresentar um único candidato da oposição democrática e anti-salazarista que facilitasse a mais ampla unidade.

Após a desistência do Sr. Eng.º Cunha Leal foi indicado para candidato, por uma Assembleia de Delegados, em 20 de Abril, o Sr. Dr. Arlindo Vicente.

Além desta candidatura um grupo de democratas do Porto defendeu e apresentou a candidatura do Sr. general Humberto Delgado.

Os princípios que informavam o movimento da oposição que apoiou a candidatura do Sr. Eng.º Cunha Leal, aprovados na Assembleia de Delegados de 22 e 23 de Março eram:

—Unidade de toda a Oposição através de Comissões eleitorais organizadas sem discriminação.

—Participação activa e consequente até à boca das urnas.

—Defesa de um programa democrático de governo que una à sua volta toda a oposição.

As bases orientadoras do programa da candidatura incluíam a elevação do nível de vida do povo, a defesa da economia nacional e o combate à política monopolista do governo, uma política independente e de boas relações entre os povos, o restabelecimento das liberdades democráticas e uma amnistia política total.

O Partido Comunista considera que estes princípios e objectivos, que informam igualmente a candidatura do Sr. Dr. Arlindo Vicente, são os que correspondem às aspira-

ções das mais largas camadas da população, desde a classe operária à burguesia nacional. Por isso o Partido manifestou a sua concordância com esta candidatura.

5—O salazarismo é o inimigo comum das forças que apoiam as duas candidaturas, a do Sr. Dr. Arlindo Vicente e a do Sr. general Humberto Delgado, que se apresentam em oposição ao candidato fascista.

As aspirações comuns que existem nos movimentos das duas candidaturas podem ser a base de acordos e acções comuns.

Acções para a conquista das liberdades democráticas, pela promulgação dum amnistia e contra a repressão, bem como acções por condições eleitorais honestas (consulta dos cadernos eleitorais, igualdade na propaganda, fiscalização do acto eleitoral, etc.) podem unir todos os anti-salazaristas.

Tais acções de massas podem, durante o período eleitoral, arrancar ao fascismo a satisfação de importantes reivindicações que interessam a todo o nosso povo.

6—As liberdades que se vierem a alcançar no decorrer desta campanha eleitoral, só poderão ser mantidas e alargadas se o movimento eleitoral tiver continuidade para além dos eleições.

A continuidade deste movimento é fundamental para o desenvolvimento de outras acções pela democracia, nomeadamente para a eleição das juntas de freguesia em que as Comissões eleitorais terão um papel decisivo na acção e na mobilização das massas.

7—Para o alargamento da luta contra o salazarismo e para a sua continuidade é de fundamental importância intensificar as acções pelas reivindicações económicas.

A classe operária, os trabalhadores da cidade e do campo, têm um papel decisivo a desenvolver nas empresas, nos sindicatos, nas Casas do Povo, nas Praças de Jorna, na luta pelas liberdades democráticas e direitos sindicais, por aumento de salários, contra o desemprego, a carência da vida e a organização corporativa. Só assim poderão forjar a sua unidade e desempenhar um papel decisivo como força impulsora do movimento de libertação nacional.

Também as classes médias, as mulheres, a juventude, a intelectualidade, etc., devem unir-se e lutar pelos seus interesses próprios.

8—O Partido Comunista Português considera que, para se alcançar a solução do problema político nacional no sentido democrático, é absolutamente necessário o alargamento do movimento de unidade anti-salazarista.

Por isso, o Partido Comunista procura que se entre aberta e decididamente no caminho do entendimento entre os vários sectores de opinião para se desenvolverem acções comuns.

Para contrariar a unidade e a luta do povo português, o salazarismo recorre às mais variadas manobras. A campanha anti-comunista de colónias, repressão e terror tem esse objectivo.

Para os salazaristas todos os que lutem e trabalhem pela libertação nacional são comunistas ou acusados de colaborar com eles.

A acção dos comunistas, tal como a das outras forças anti-salazaristas consequentes, é norteada pela defesa dos interesses nacionais e pela fidelidade à Pátria e ao povo.

O Partido Comunista inspira a sua acção na defesa dos interesses económicos e políticos da classe operária e do povo.

O Comité Central do Partido Comunista Português alerta todos os portugueses para as manobras e calúnias a que o salazarismo irá recorrer nesta campanha eleitoral e exorta-os a prosseguirem infatigavelmente na luta por um Portugal livre e independente onde o povo português possa ser o senhor dos seus destinos.